

5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"A vida só é possível reinventada"

Cecília Meireles⁹

Este trabalho tentou identificar alguns momentos significativos nas vivências dos Assistentes Sociais em seu cotidiano de trabalho. Não foi uma tarefa simples, pois mexíamos com questões que eram vividas na intimidade da experiência interior. Falávamos de afetividade, ou seja, de experiências de prazer e sofrimento. Estados afetivos que não são mensuráveis. Não podíamos medi-los ou avaliá-los quantitativamente. No entanto não seria possível negá-los ou desprezá-los, ao contrário era urgente trazê-los a ordem do dia.

O que me impressionou foi que apesar da abordagem temática ser da categoria do “invisível”, ou seja, do mundo interior, os profissionais demonstravam muito interesse em contribuir para a pesquisa. Os assistentes sociais queriam falar o que estavam sentindo, ou melhor, eles precisavam falar e expor suas experiências diante daquele cotidiano de trabalho.

Neste final de trabalho aponto alguns elementos que considerei significativos para iniciarmos um debate a respeito de um assunto tão complexo e ao mesmo tempo tão fascinante.

Já está comprovado pelo curso da história que instituições que perpetuam a exclusão estão fadadas ao fracasso de uma proposta de ressocialização e constituição de sujeitos cidadãos. Um exemplo disso foi a proposta de mudança de cuidado aos portadores de sofrimento psíquico trazida pelo Movimento de

⁹ MEIRELES, C. “Reinvenção”. Vaga Música. In: Cecília Meireles. Obra Poética. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1983, pp 462-463.

Reforma Psiquiátrica¹⁰. Não havia mais lugar para os grandes asilos onde os doentes mentais ficavam confinados durante longos anos e aos poucos perdiam o seu “estojo de identidade” (Goffman, 1961:28). Trata-se uma mudança paradigmática em torno da questão e não simplesmente uma proposta para extinguir com aquele modelo de hospital psiquiátrico. Redefine-se o objeto, os conceitos e as práticas.

As instituições de abrigamento seguiram um curso que, mesmo com todas as suas particularidades, ainda hoje nos remetem aos modelos de Instituições Totais (Goffman, 1961). Não adianta, por exemplo, dispormos de um Estatuto da Criança e do Adolescente progressista se em determinadas instituições não há terreno para sua aplicação. Estas instituições são adequadas para acompanhar a evolução da legislação?. Não basta mudar as leis é preciso mudar as idéias e as representações em torno de uma questão tão cristalizada na história da institucionalização de crianças e adolescentes. E para haver tais mudanças é necessário que as práticas sejam condizentes com as leis.

No entanto, não estou defendendo o “apagar a luz e fechar a porta”, ou seja, a extinção dos abrigos. Entendo a importância da medida de abrigamento em determinados momentos difíceis na vida de muitas crianças e adolescentes. O que estou sinalizando é o efeito devastador que este modelo, conforme se apresenta hoje, traz para vida dos sujeitos (tanto para os abrigados quanto para os trabalhadores). Precisamos pensar uma alternativa a esta realidade, articulando com as políticas públicas, conhecendo outras experiências nesta perspectiva de trabalho, enfim partirmos para mudanças que conjuguem, especialmente, proteção e humanização.

Alguns Projetos de acolhimento, alternativos ao abrigamento em instituições, estão sendo desenvolvidos na área crianças e adolescentes. Um exemplo importante é o Programa “Família Acolhedora” Seu objetivo é atender famílias que apresentem ocorrência de violência doméstica praticados contra crianças\ adolescentes de 0 a 14 anos. A família acolhedora é aquela que acolhe em sua casa, por um período de tempo determinado, uma criança ou adolescente que vem sofrendo algum tipo de violência em sua própria família. Isto não significa que a criança vai passar a ser “filho” da família acolhedora, mas que vai

¹⁰ Quem tiver interesse, ver Amarante (1996); Vasconcelos (2000).

receber afeto e convivência desta outra família até que possa ser reintegrado à sua família de origem. Esta é uma das possibilidades de acompanhamento e intervenção social onde se evita a institucionalização de determinadas crianças e\ ou adolescentes.

Para colaborar com estas discussões e mudanças é necessário construirmos uma rede de apoio que compartilhe de um mesmo projeto. Não estou me referindo apenas ao fato da escola que libera vaga, ao posto de saúde que reserva “números” para as crianças do abrigo... Precisamos de uma rede de relações construída a partir de sensibilizações, debates e entendimentos em torno da temática, enfim devemos compartilhar esta responsabilidade que não pode ser assumida exclusivamente pela Assistência Social.

A falta de capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais que atuam nos abrigos são fatores que também contribuem para o sofrimento destes trabalhadores. Antes ressalto que o assistente social é o único profissional de nível superior atuando na maioria das instituições. A despeito da portaria que determina a composição de equipes multiprofissionais, estes espaços continuam sem a contratação de psicólogos e pedagogos. Uma proposta alternativa à falta de capacitação dos assistentes sociais seria a constituição de grupos de estudo continuados realizados na própria instituição ou fora dela. Grupos periódicos que discutissem temas em torno da clientela atendida, da prática profissional e até mesmo de casos específicos (estudo de casos). Esta prática trará a possibilidade do conhecimento aprofundado do sujeito alvo desta política de abrigamento e conseqüentemente uma maior segurança nas intervenções profissionais.

Como podemos verificar durante a pesquisa, estes abrigos impõem uma rotina muito rígida e massificante aos seus usuários. No trabalho dos assistentes sociais também encontramos rigidez decorrente da própria dinâmica institucional quando, por exemplo, (principalmente nos grandes abrigos), ficam presos às normas, regras, burocracias de formulários, levantamentos e situações emergenciais. Com isso estes profissionais não dão conta de intervenções aprofundadas sobre a população atendida onde seja possível entender melhor as suas histórias tão fragmentadas, nem realizam estudo/capacitação que lhes auxiliem neste conhecimento. Portanto, não sabemos quem é o nosso público alvo e o lugar não nos ajuda a conhecer.

Nesta conjugação de profissionais despreparados¹¹ num espaço inadequado iremos recair em práticas cada vez mais distantes do modelo idealizado de proteção.

A instituição de práticas de supervisão no interior dos abrigos pode ser outro instrumento importante. No capítulo três quando analisei os recursos existentes nas instituições, chamei a atenção para a ausência daquele que denominei de “psicológico”. A supervisão ocuparia este lugar, além de assumir outras atribuições. Trata-se de uma estratégia de fortalecimento dos profissionais que conseqüentemente nos auxiliaria na visualização de mudanças autênticas nesta forma de “cuidar” dos abrigados e dos próprios profissionais.

Esta prática de supervisão irá contribuir também para o reconhecimento efetivo do sofrimento que esta dinâmica perversa de trabalho ocasiona aos assistentes sociais. Estaremos questionando a banalização deste processo de adoecimento, na medida em que este ganhará mais visibilidade.

Não podemos continuar desprezando ou até mesmo negando o sofrimento infligido a estes trabalhadores. Dentro da própria categoria dos assistentes sociais encontrei alguns profissionais que criam estratégias defensivas ao silenciar e fechar os olhos para esta realidade, calando o seu próprio sofrimento. Esta vivência da dor e angústia diante do trabalho tem que ser tratada com seriedade e não ser identificada como fruto de uma sensibilidade exagerada, nem isolada em situações tidas como excepcionais e extraordinárias.

Precisamos nos organizar para discutirmos esta questão. Considero o momento favorável para inaugurarmos este debate dentro da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro. Aponto algumas razões para o meu otimismo: estamos vivendo um período de renovação dentro desta referida Secretaria com a chegada, nos últimos dois anos, do grande número de novos assistentes sociais concursados. Profissionais comprometidos com uma assistência justa e democrática e que lutam diariamente por esta causa. No entanto como vimos durante a pesquisa, muitos já estão perdendo o fôlego. Temos pressa!

O outro argumento refere-se ao espaço, ainda muito limitado, que está se abrindo na Secretaria Municipal de Assistência Social para esta temática. Um

¹¹ Quando me refiro ao despreparo, não estou falando de incapacidade profissional, estou apontando para a necessidade constante de aperfeiçoamento do trabalho através de capacitações.

exemplo disso foi a aprovação deste meu projeto de pesquisa numa seleção realizada pela Prefeitura sob a coordenação da Escola Carioca de Gestores da Assistência Social.¹²

Acredito que podemos potencializar ainda mais estes espaços através da organização de Fóruns e Seminários com os Centros de Acolhimento; com as outras Secretarias (educação, saúde...); articulação junto ao Conselho Regional de Assistência Social para eventos em torno da temática, etc. São sugestões que nos apontam saídas ao enfrentamento do sofrimento dos trabalhadores.

Ao pensarmos todas estas estratégias estamos consequentemente refletindo sobre a potencialização da “Porta de Saída”. Ainda que sob uma abordagem diferenciada, o sofrimento dos assistentes sociais, estas reflexões se voltam para a qualidade dos serviços oferecidos pelos Centros de Acolhimento e enfim para a reintegração à sociedade destes sujeitos atendidos. Neste estudo do confronto dos profissionais com o sofrimento abre-se o espaço para uma discussão articulada entre a macro-estrutura e as manifestações do cotidiano.

Para finalizar, ao nos aproximarmos destas experiências do sofrimento, ao invés de incorporarmos uma postura de negação ou vitimização, devemos assumir a força que nasce a partir destas vivências e que nos permite rever nossas ações e construir novas formas de conhecimento e poder.

Assim, de um modo geral buscamos com este trabalho conhecer e entender um pouco as experiências cotidianas daqueles profissionais que se dedicam à assistência do outro, mesmo que na condição de desassistidos. E ainda apontamos idéias e estratégias a partir destas experiências que nos direcionem para uma existência mais justa e solidária.

Apostamos que diante das durezas da vida é possível construir, é possível reconstruir... é possível inventar. Aqui estamos nós buscando um jeito de continuar nesta luta por uma sociedade mais justa, sensível e fraterna. Vamos em frente!

¹² O Secretário Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, Marcelo Garcia, publicou uma Portaria onde abriu uma seleção para aprovação de seis projetos de pesquisas elaborados por assistentes sociais. Estes trabalhos deveriam abordar temas relacionados à população de rua e/ou Porta de Saída. Os seis projetos aprovados teriam um financiamento durante seis meses.